

## **Audiência Pública: “Sacrifício Religioso de Animais”**

### Objetivos e participantes

A audiência teve como objetivo discutir o sacrifício ritualístico de animais nas religiões de matriz africana.

### **Participaram da audiência:**

- Integrantes do Grupo de Trabalho (GT) Comunidades Tradicionais da DPU;
- A coordenadora especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial do Ceará, Zelma Madeira;
- A ouvidora externa da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPE), Meiry Coelho; Integrantes do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Ceará (Coepir);
- Associações e grupos religiosos de matriz africana; e
- Pesquisadores das Universidades Estadual e Federal do Ceará.

### **Descrição Geral**

O sacrifício ritualístico de animais nas religiões de matriz africana foi tema de audiência pública realizada no auditório da Defensoria Pública da União no Ceará. O evento foi organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) Comunidades Tradicionais da DPU, em parceria com o Ofício Regional de Direitos Humanos do Ceará.

### **Destaques**

Durante o evento, os participantes ouviram as representações dos povos de terreiro do candomblé e da umbanda, que falaram sobre a noção do sagrado nos rituais que envolvem o sacrifício de animais.

A ouvidora da DPE falou também do posicionamento do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas que divulgou, em dezembro de 2016, nota em defesa da liberdade religiosa e contra os processos de criminalização da sacralização de animais e outras formas nas quais o racismo religioso se manifesta no País. “Entendemos que os atos de queimar terreiros, atacar o povo do Candomblé nas ruas e em seus tempos, tentando tomar suas casas, terras e territórios, assim como agredir as crianças, adolescentes e adultos em ambientes como escola, trabalho e locais de lazer, são manifestações violentas que se ampliam à medida que o Estado não evidencia mecanismos para garantir os direitos de toda a população de se manifestar na pluralidade do que acredita ou não”, aponta o documento.

A defensora regional de direitos humanos no Ceará, Lídia Nóbrega, apresentou o ofício para os participantes e o colocou à disposição das comunidades de terreiro para a defesa em situações de violação de direitos que estejam no campo de atuação da DPU.

O defensor público federal Edilson Santana salientou a pluralidade da participação da sociedade civil na audiência e a importância da atuação da Defensoria na defesa das comunidades tradicionais: “Este tipo de atuação é importante, porque a Defensoria tem a função de promover os direitos humanos como expressão e instrumento do regime democrático. A DPU é um instrumento que permite dar voz a esses grupos vulneráveis, para que seus posicionamentos sejam ouvidos nas esferas de decisão, seja do legislativo, do executivo ou do judiciário”, concluiu.